

REGRA DE FUNCIONAMENTO		N.º	07
		Versão n.º	07
DATA:	30/08/2023	ENTRADA EM VIGOR: 31/08/2023	
ASSUNTO:	POLÍTICA DE ACEITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CLIENTES		

Divulga-se a Política de Aceitação e Manutenção de Clientes.

O presente documento tem como objetivo enunciar o conjunto de critérios e de categorias que devem orientar a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. na admissão ou recusa de novos clientes e desenvolvimento de quaisquer relações de negócio com novas contrapartes ou quaisquer outras entidades (em conjunto designados por “Clientes”) e na definição de categorias de avaliação ao nível de riscos dos Clientes no momento da sua aceitação.

ANEXO: Política de Aceitação e Manutenção de Clientes

POLÍTICA DE ACEITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CLIENTES



INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO

Owner	Função de Conformidade
Versão atual	07
Órgão de aprovação	Conselho de Administração
Última revisão	Agosto de 2023
Próxima revisão	2024 ou caso ocorram alterações legislativas
Publicação obrigatória no site	Sim

Histórico		
Versão	Data de aprovação	Alterações
00		--
01		--
02		--
03	30/11/2021	--
04	27-05-2022	<ul style="list-style-type: none"> • Uniformização de conceitos e definições; • Atualização das categorias de Risco tendo por base a Lei n.º 83/2017 e o Decreto-lei n.º 99- A/2021; • Atualização das regras de classificação; • Remoção da legislação revogada: Portaria nº 345-A/2016 de 30 de dezembro; • Atualização das Medidas Reforçadas; • Introdução das Medidas Simplificadas; • Atualização do procedimento KYC; • Introdução da Responsabilidade contraordenacional.
05	18-10-2022	Adenda à versão 04 relativo a: <ul style="list-style-type: none"> • Órgão decisor ao nível da CE e remoção do Conselho de Crédito; • Risco Elevado – legitimidade do dever de recusa. • Substituição da legislação revogada do Aviso n.º 2/2018 pelo • Aviso n.º 1/2022 do Banco de Portugal
06	07-07-2023	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do Objeto e do Âmbito; • Uniformização de conceitos e definições; • Introdução de procedimento de classificação; • Introdução do Anexo II - Referencial de documentação obrigatória para KYC.
07	25-08-2023	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de definição - Órgão decisor ao nível da CE. • Introdução do parecer prévio do Órgão de Fiscalização para efeitos de aprovação.

ÍNDICE

1.	OBJETO	4
2.	ÂMBITO	5
3.	DEFINIÇÕES	5
4.	ACEITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CLIENTES	9
5.	CATEGORIAS DE RISCO	10
6.	PROCEDIMENTO e REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO	11
	I. Não admissível	11
	II. Risco elevado	13
	III. Risco médio	14
	IV. Risco baixo	14
7.	PAÍSES TERCEIROS DE RISCO ELEVADO, PEP E TITULARES DE OUTROS CARGOS POLÍTICOS OU PÚBLICOS	15
8.	KNOW YOUR COSTUMER (KYC)	15
9.	MEDIDAS REFORÇADAS	18
10.	MEDIDAS SIMPLIFICADAS	18
11.	RESPONSABILIDADE CONTRAORDENACIONAL	19
12.	NORMATIVOS INTERNOS RELACIONADOS	20
13.	FORMAÇÃO	20
14.	VIGÊNCIA, APROVAÇÃO E REVISÃO	20
15.	DIVULGAÇÃO	21
	ANEXO I – ENQUADRAMENTO LEGAL	22
	ANEXO II – REFERENCIAL DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA KYC	24

1. OBJETO

A presente Política de Aceitação e Manutenção de Clientes (doravante “Política”) insere-se no âmbito dos mecanismos de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (doravante “BCFT”) definidos na Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (doravante “Sociedade” ou “SGM”), tendo sido elaborada em conformidade com o disposto na Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto (“Lei PBCFT”) e demais legislação e regulamentação complementar em vigor.

Em qualquer Sociedade financeira, o processo de admissão de clientes é uma atividade onde é fundamental mitigar o risco de BCFT. Por isso, da legislação e regulamentação aplicáveis, resultam regras que a Sociedade deve cumprir no momento da aceitação de novos clientes, regras essas que contribuem para uma gestão sã e eficiente da sua carteira de clientes, para a reputação positiva junto dos *stakeholders*, e, igualmente, para a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Neste sentido, a presente Política tem como objetivo enunciar o conjunto de princípios, critérios e procedimentos que devem orientar a Sociedade na admissão - ou recusa - de novos clientes, no desenvolvimento de quaisquer relações de negócio com contrapartes ou quaisquer outras entidades (em conjunto designados por “clientes”) e na definição de categorias de avaliação do nível de risco BCFT dos clientes.

A presente Política tem como objetivos:

- Estabelecer os procedimentos do dever de identificação e diligência, bem como as regras de classificação de risco de BCFT, que resultem do processo de admissão de clientes. Neste domínio, a Função de Conformidade poderá exigir documentação e informação adicional sobre determinada(s) característica(s) dos clientes, de modo a cumprir o normativo legal aplicável e a mitigar o risco de BCFT;
- Apresentar os principais conceitos e definições relevantes adotados pela Sociedade no âmbito do processo de admissão de clientes;
- Garantir a observância e cumprimento da legislação, regulamentação, recomendações e orientações, emitidas pelas entidades nacionais, europeias e internacionais, aplicáveis na gestão do risco de BCFT na admissão de clientes.

O Responsável de Conformidade deve ser informado de todas e quaisquer restrições ou limitações identificadas pelos colaboradores da Sociedade que impossibilitem a implementação e adoção dos princípios, critérios e procedimentos definidos na presente Política.

2. ÂMBITO

Os deveres e obrigações previstos na presente Política são aplicáveis a todos os colaboradores da Sociedade, sendo que os respetivos atos e procedimentos – atuais ou futuros – devem ser adotados, adaptados e elaborados em conformidade com esta Política e com a legislação relacionada, sendo-lhes exigido um escrupuloso cumprimento dos procedimentos internamente instituídos.

A presente Política abrange e vincula:

- i. A Sociedade;
- ii. Os titulares dos órgãos sociais;
- iii. Colaboradores da direção de topo, onde se incluem os titulares de funções essenciais;
- iv. Todos os restantes colaboradores da Sociedade, permanentes ou eventuais, mandatários e outras pessoas singulares ou coletivas que lhes prestem serviço a título permanente ou ocasional, direta ou indiretamente, independentemente da natureza do vínculo subjacente; e
- v. Terceiros que, por solicitação expressa da Sociedade, tenham aderido expressamente à presente Política ou sejam legalmente obrigados ao cumprimento da mesma.

3. DEFINIÇÕES

Para efeitos da presente Política, entende-se por:

- a) **Adverse Media**: qualquer informação negativa que seja identificada em matéria de prevenção do BCFT, presente em fontes idóneas e credíveis;
- b) **Beneficiários efetivos (“BE”)**: a pessoa ou pessoas singulares que, em última instância, detêm a propriedade ou o controlo do cliente e ou a pessoa ou pessoas singulares por conta de quem é realizada uma operação ou atividade.

Em geral, para entidades societárias não cotadas em mercado devidamente regulamentado e organismos de investimento coletivo (“OIC”), considera-se que a propriedade ou o controlo é:

- i. Direto, se a pessoa singular detiver mais de 25% do capital, unidades de participação, unidades de titularização ou dos direitos de voto do cliente; ou,
- ii. Indireto, pela detenção de participações representativas de mais de 25% do capital social ou de unidades de participação ou de titularização em circulação do cliente, por parte de sociedade que esteja sob o controlo de uma ou várias pessoas singulares; ou por parte de várias sociedades que estejam sob o controlo da mesma pessoa ou das mesmas pessoas singulares.

Os Beneficiários Efetivos podem também corresponder à pessoa ou pessoas singulares que detêm a direção de topo, se, depois de esgotados todos os meios possíveis e se não tiver sido identificada nenhuma pessoa nos termos dos critérios anteriores;

- c) **Detentor Último da propriedade/ *Global Ultimate Owner* (“GUO”)**: para efeitos de admissão de clientes, considera-se GUO a pessoa singular ou coletiva que detém a propriedade efetiva do capital da entidade. Quando seja uma pessoa singular, pode coincidir, ou não, com o Beneficiário Efetivo.
- d) **Branqueamento de capitais**: processo pelo qual os autores de atividades criminosas encobrem a origem dos bens e rendimentos obtidos ilicitamente, transformando a liquidez proveniente dessas atividades em capitais reutilizáveis legalmente, por dissimulação da origem ou do verdadeiro proprietário dos fundos. Os rendimentos obtidos ilicitamente estão tipicamente relacionados com a prática de crimes como o tráfico de estupefacientes, corrupção, peculato, burla, contrabando, fraude fiscal, tráfico humano, entre outros.

O branqueamento de capitais constitui um crime punível com pena de prisão de 2 a 12 anos e abrange:

- o As condutas previstas e punidas pelo artigo 368.º-A do Código Penal;
- o A aquisição, a detenção ou a utilização de bens, com conhecimento, no momento da sua receção, de que esses bens provêm de uma atividade criminosa ou da participação numa atividade dessa natureza;
- o A participação num dos atos anteriores, a associação para praticar o referido ato, a tentativa e a cumplicidade na sua prática, bem como o facto de facilitar a sua execução ou de aconselhar alguém a praticá-lo.

São três as fases do processo de branqueamento de capitais:

1. **Colocação**: os bens e rendimentos são colocados nos circuitos financeiros e não financeiros, através, por exemplo, de depósitos em instituições financeiras ou de investimentos em atividades lucrativas e em bens de elevado valor;
 2. **Circulação**: os bens e rendimentos são objeto de múltiplas e repetidas operações (por exemplo, transferências de fundos), com o propósito de os distanciar da sua origem criminosa, eliminando qualquer vestígio sobre a sua proveniência e propriedade;
 3. **Integração**: os bens e rendimentos, já “limpos”, são reintroduzidos nos circuitos económicos legítimos, mediante a sua utilização, por exemplo, na aquisição de bens (p.e. arte, imóveis) e serviços.
- e) **Dever de identificação e diligência**: dever legal que define as regras que as instituições financeiras devem cumprir no momento de admissão, manutenção e desvinculação dos clientes, determinando a informação obrigatória a recolher, os meios comprovativos idóneos para comprovação da informação, o momento para a recolha da informação, eventuais procedimentos complementares para confirmação da informação e requisitos de aplicação destes procedimentos em função do grau de risco identificado. O cumprimento do dever de diligência também abrange os representantes dos clientes e outras contrapartes ou entidades terceiras com quem a Sociedade estabeleça relações de negócio;

- f) **Direção de topo:** abrange qualquer dirigente ou colaborador com conhecimentos suficientes da exposição da entidade obrigada ao risco de BCFT e com um nível hierárquico suficientemente elevado para tomar decisões que afetem a exposição ao risco, não sendo necessariamente um membro do órgão de administração.
- g) **Entidade obrigada:** as entidades referidas nos artigos 3.º (entidades financeiras, onde se inclui a Norgarante, enquanto sociedade financeira) e 4.º (entidades não financeiras) da Lei PBCFT e que ficam sujeitas ao cumprimento dos deveres nela impostos.
- h) **Fatores de risco:** variáveis que, isoladas ou em conjunto, impactem a classificação de risco de BCFT dos clientes, através das suas relações de negócio.
- i) **Financiamento do terrorismo:** fornecimento, recolha ou detenção de fundos destinados a serem utilizados ou sabendo que podem ser utilizados no planeamento, na preparação ou para a prática de um ato terrorista. Ao contrário do que sucede no branqueamento de capitais, em que o objetivo fundamental do branqueador é o de ocultar a origem dos fundos, no financiamento do terrorismo, um dos objetivos dos financiadores é o de ocultar a finalidade a que os fundos se destinam. Desta forma, os fundos dirigidos para o financiamento ao terrorismo podem ter uma origem lícita ou ilícita. Por essa razão, associada ao facto de os montantes envolvidos serem tipicamente reduzidos, a deteção de operações de financiamento ao terrorismo é particularmente complexa. No ordenamento jurídico português, a qualificação do financiamento do terrorismo como crime autónomo consta do artigo 5.º-A da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto. .
- j) **Medidas restritivas:** restrição temporária do exercício de um determinado direito, através da imposição de uma proibição ou de uma obrigação, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) ou pela União Europeia (UE) e que visa a prossecução, pelo menos, de um dos seguintes objetivos:
- o Manutenção ou restabelecimento da paz e da segurança internacionais;
 - o Proteção dos direitos humanos;
 - o Democracia e o Estado de direito;
 - o Preservação da soberania e da independência nacionais e de outros interesses fundamentais do Estado;
 - o Prevenção e repressão do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

A União Europeia adota medidas restritivas, quer em aplicação das resoluções vinculativas do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quer por sua própria iniciativa. A União Europeia tem de observar os termos das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas poderá igualmente decidir a adoção de medidas ainda mais restritivas.

As medidas restritivas podem ser “*targeted*” e “*non targeted*”. As primeiras dirigem-se a determinadas pessoas ou entidades ou visam restringir o comércio de bens específicos. As segundas aplicam-se a jurisdições ou territórios no seu todo.

- k) Países terceiros de risco elevado:** alguns países podem ser qualificados como de "risco elevado", devido a perturbações políticas, conflitos armados, alto índice de crime organizado, reconhecido envolvimento na produção ou tráfico de estupefacientes, etc. Manter relações comerciais com cidadãos de um destes países, com pessoas que estejam domiciliadas nesses países ou que mantenham regularmente uma atividade comercial com este tipo de países, pode expor a Sociedade a um maior risco;
- l) Pessoas politicamente expostas ("PEP"):** pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza política ou pública. As pessoas enquadradas nesta categoria comportam um risco acrescido no que respeita ao BCFT, que justifica a implementação de procedimentos especiais de análise e conhecimento do cliente.
- m) Membros próximos da família:** os ascendentes e descendentes diretos em linha reta de PEP, os cônjuges ou unidos de facto de PEP e os cônjuges ou unidos de facto dos ascendentes e descendentes diretos em linha reta de PEP bem assim como os parentes e afins até ao 2.º grau, na linha reta ou na linha colateral, da pessoa politicamente exposta;
- n) Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas a PEP:** qualquer pessoa singular, conhecida como proprietária, com PEP, de uma pessoa coletiva ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica; qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora de direitos de voto de uma pessoa coletiva, ou de património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, conhecidos como tendo por beneficiário efetivo PEP; qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com PEP
- o) Relação de negócio:** relação de natureza empresarial, profissional ou comercial entre as entidades obrigadas e os seus clientes, que, quando se estabelece, seja, ou se preveja vir a ser duradoura, tendencialmente estável e continuada no tempo, independentemente do número de operações individuais que integrem ou venham a integrar o quadro relacional estabelecido;
- p) Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN):** elemento da direção de topo ou equiparado, nomeado, para zelar pelo controlo do cumprimento do quadro normativo em matéria de prevenção do BCFT;
- q) Titulares de outros cargos políticos ou públicos:** as pessoas singulares que, não revestindo a qualidade de PEP, desempenhem ou tenham desempenhado nos últimos 12 meses – em território nacional – algum dos seguintes cargos:
- Presidente da República;
 - Presidente da Assembleia da República;
 - Primeiro-Ministro;
 - Deputados à Assembleia da República;
 - Membros do Governo;
 - Representante da República nas Regiões Autónomas;
 - Membros dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas;

- Deputados ao Parlamento Europeu;
- Membros dos órgãos executivos do poder local;
- Membros dos órgãos executivos das áreas metropolitanas e entidades intermunicipais.
- Gestores públicos e membros de órgão de administração de sociedade anónima de capitais públicos, que exerçam funções executivas;
- Titulares de órgão de gestão de empresa participada pelo Estado, quando designados por este;
- Membros de órgãos de gestão das empresas que integram os sectores empresarial regional ou local;
- Membros de órgãos diretivos dos institutos públicos;
- Membros do conselho de administração de entidade administrativa independente;

Titulares de cargos de direção superior do 1.º grau e do 2.º grau, e equiparados, e dirigentes máximos dos serviços das câmaras municipais e dos serviços municipalizados, quando existam.

r) Registo Central do Beneficiário Efetivo (“RCBE”): é constituído por uma base de dados, com informação suficiente, exata e atual sobre a pessoa ou as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, detêm a propriedade ou o controlo efetivo das entidades a ele sujeitas. Esta informação contribui para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares em matéria do BCFT.

s) Órgão decisor superior: CE

4. ACEITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CLIENTES

No âmbito do estabelecimento ou manutenção de uma relação de negócio, o procedimento de identificação dos clientes deve ser entendido como a identificação e verificação do conjunto de elementos necessários para o estabelecimento de uma relação de negócio, de acordo com as normas legais e regulamentares.

A Sociedade poderá adaptar a natureza e a extensão dos procedimentos de verificação da identidade, em função dos riscos associados ao cliente e à relação de negócio, tomando em consideração, designadamente:

- a) A finalidade e propósito da relação de negócio que se pretende estabelecer;
- b) A origem e destino dos fundos a serem movimentados;
- c) A natureza e fontes de rendimento e de património do cliente, de modo a aferir a sua licitude.

Os procedimentos de diligência deverão ser adaptados em função do nível de risco de BCFT de cada cliente. Assim, para efeitos de admissão de novos clientes é estabelecida uma classificação dos clientes através de uma abordagem baseada no risco, mediante aplicação das regras previstas nos pontos seguintes.

5. CATEGORIAS DE RISCO

Para uma abordagem baseada no risco não existe uma única metodologia, uma vez que os distintos níveis de risco dependem de diferentes fatores característicos de cada entidade, incluindo a sua estrutura, atividades nacionais e internacionais, produtos e serviços, entre outros.

A combinação de vários fatores determina o risco geral de uma relação de negócio com um cliente e as medidas de diligência a adotar, pela Sociedade, de acordo com o perfil de risco.

Podem ser considerados as seguintes categorias de risco:

- i. Não admissível;
- ii. Risco elevado;
- iii. Risco médio;
- iv. Risco baixo.

A categoria de risco será atribuída mediante consideração de diversos fatores, dos quais se destacam:

A. Características do cliente:

- v. Setor de atividade económica;
- vi. Zona geográfica da jurisdição da sede e/ou de atuação comercial;
- vii. Forma legal;
- viii. Estatuto jurídico;
- ix. Período de atividade (maturidade);
- x. Titular de cargo público e/ou PEP;
- xi. Membro próximo da família e/ou pessoa estreitamente relacionada com PEP;
- xii. Integração em listagens relevantes para efeitos de filtragem e mitigação de risco BCFT;
- xiii. Identidade do Beneficiário Efetivo.
- xiv. Identidade do GUO;
- xv. Estrutura de propriedade ou controlo;
- xvi. Origem dos fundos e do património.

B. Características do produto, serviço, operação ou canal de relação:

- i. Tipo de produto / serviço;
- ii. Segmento de negócio;
- iii. Canal de relação (se relação protocolar ou captação direta).

6. PROCEDIMENTO E REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO

Os critérios abaixo descritos deverão ser identificados através do apuramento automático da categoria de risco do cliente, em momento prévio ao início de qualquer relação comercial, tendo por base a informação disponibilizada na ferramenta de suporte ao modelo de categorização de risco BCFT e/ou decorrente da análise efetuada pela Direção de Conformidade e identificação manual dos fatores de risco do cliente. Para este efeito, no estabelecimento de relação com os clientes, encontra-se definida a recolha obrigatória da documentação definida na “Ficha de KYC” da Sociedade no ANEXO II.

Se no decorrer da análise de risco BCFT efetuada ao cliente, surgirem outras informações que determinem a alteração da categoria de risco, o RCN ou o Responsável pela Função de Conformidade (neste caso, sob a supervisão do RCN, se não houver acumulação de funções na mesma pessoa) podem decidir, fundamentadamente, pela revisão das categorias de risco atribuídas.

No momento de registo do cliente na base de dados da Sociedade, considerando os dados constantes da documentação e instruções recebidas dos colaboradores da área de negócio responsável, será calculada a categoria do cliente, de acordo com as regras abaixo referidas.

Sempre que, para um cliente, resulte uma categoria de “risco médio” ou “risco elevado”, o respetivo processo deverá ser analisado pela Função de Conformidade, que procederá às diligências adicionais que se mostrem adequadas em função do risco acrescido inerente à relação de negócio. No caso de clientes com indícios de BCFT, a Função de Conformidade emite parecer ou avaliação prévia à admissão do cliente, ficando a operação suspensa até à emissão do respetivo parecer ou avaliação. Neste caso, a proposta deve ser alvo de deliberação em sede de decisão de nível superior.

A Função de Conformidade, quando obtenha informação relevante no âmbito das suas competências, pode realizar, a qualquer momento, a revisão da categoria de risco previamente atribuído a um cliente, com base nos critérios que se apresentam seguidamente:

I. Não admissível

É expressamente vedado estabelecer quaisquer relações comerciais com potenciais clientes que se enquadrem ou apresentem indícios de enquadrar em alguma das seguintes tipologias:

- a) Entidades residentes em países classificados como “jurisdições de elevado risco e não cooperantes” e sujeitas a medidas restritivas, de acordo com as listas publicadas pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI);
- b) Entidades (incluindo pessoas singulares que as representem ou que façam parte da composição de órgãos sociais, acionistas e beneficiários efetivos) referenciadas em listas oficiais relacionadas com a prevenção do BCFT definidas por países ou organizações internacionais, nomeadamente a União Europeia de acordo com a *Common Foreign and Security Policy* (CFSP), o Comité de Sanções de acordo com as várias resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) e o *Office of Foreign Assets Control* (OFAC) dos Estados Unidos da América – quando qualificadas como SDN – *Special Designated Entity*);

- c) Entidades sujeitas a medidas restritivas nos termos da Lei PBCFT e da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto;
- d) Entidades identificadas em listagens emitidas pelas Autoridades de Supervisão, judiciais ou policiais como de risco acrescido em matéria de BCFT;
- e) Entidades que se dediquem a atividades cuja natureza não permita a comprovação da licitude da origem dos respetivos rendimentos;
- f) Entidades que não se encontrem fisicamente presentes no momento do estabelecimento de relações de negócio, salvo quando devidamente representadas e sem embargo de relacionamentos estabelecidos por meios remotos com entidades financeiras reguladas na União Europeia ou em jurisdição equivalente, de acordo com as práticas normais de mercado para relacionamento entre este tipo de entidades;
- g) Entidades que se recusem a prestar informação ou documentação que tenha sido requerida pela Sociedade ou legalmente devida, ou que não forneçam a informação sobre a estrutura de propriedade e controlo do cliente, a natureza e a finalidade da relação de negócio e a origem e o destino dos fundos, fatores que por si favorecem o anonimato;
- h) Entidades que não indiquem os seus beneficiários efetivos, nos termos da legislação aplicável;
- i) Entidades das quais se suspeite que a informação facultada seja falsa, desadequada, desatualizada;
- j) Entidades que se dediquem a atividades ilícitas;
- k) Entidades dissolvidas ou em processo de liquidação (apenas aplicável a novos clientes);
- l) Entidades que tenham cessado definitivamente as respetivas atividades (apenas aplicável a novos clientes);
- m) Entidades financeiras ou similares não autorizadas (fora dos CAE existentes);
- n) Entidades que explorem jogos de forma não autorizada;
- o) Entidades extintas (apenas aplicável a novos clientes);
- p) Pessoas singulares incapazes ou inabilitadas, não devidamente representadas por quem tem poderes para o efeito;
- q) Pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica que sejam estruturas de detenção de ativos pessoais;
- r) Situações onde a recusa é determinada por alteração legislativa e/ou por determinação das autoridades, em virtude de temas associados a BCFT e medidas restritivas;

Para além das situações elencadas, a Sociedade reserva-se no direito de recusar ou de terminar relações com Clientes, ou de se abster de realizar transações, sempre que considere poder existir o risco de os seus serviços ou infraestruturas serem utilizados para propósitos de BCFT.

As entidades classificadas como "Não Admissível" deverão ser alvo de:

1. Nível de diligência necessário para determinar a inadmissibilidade do cliente;
2. Consulta da Função de Conformidade para emissão de parecer que justifique a não aceitação do cliente, em caso de dúvida;
3. Comunicação de Operação Suspeita às Autoridades competentes, caso se revele necessário.

II. Risco elevado

Consideram-se de risco elevado e, como tal, sujeitos a medidas de diligência reforçadas, os seguintes possíveis clientes:

- a) Os residentes em países objeto de embargos decretados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela União Europeia e pelos EUA;
- b) Os residentes em territórios classificados com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis, elencados na Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, na sua redação em vigor, ou norma que a substitua;
- c) Os residentes em territórios classificados como *offshore*, para efeitos do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2009, ou norma que o substitua;
- d) Os residentes em países classificados como não cooperantes ou países terceiros de risco elevado, de acordo com as listas publicadas pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) ou outras fontes credíveis;
- e) Entidades com nacionalidade ou os residentes em países classificados como países em monitorização (“*Jurisdictions under Increased Monitoring*”), de acordo com as listas publicadas pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI);
- f) PEP e titulares de outros cargos políticos ou públicos, incluindo membros próximos da família e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas;
- g) Empresas com o exercício de atividade económica de risco elevado como casinos, estabelecimentos de jogos de sorte e azar, extração de metais e pedras preciosas, comércio de joias, comércio de armas ou outros equipamentos de natureza ou finalidade bélica;
- h) Casas de câmbio ou quaisquer outros estabelecimentos que efetuem o comércio interno ou transfronteiriços de divisas;
- i) Entidades que sejam organizações sem fins lucrativos e organizações não governamentais (ONG);
- j) Entidades que atuem em setor que envolva operações em numerário de forma intensiva (*Cash-Intensive Business*);
- k) As entidades cuja estrutura acionista ou de controlo seja opaca, pouco usual ou excessivamente complexa;
- l) As entidades que se dediquem a atividades que envolvam um elevado risco de serem utilizadas para efeitos de BCFT;
- m) Os que assim sejam classificados nesta categoria de risco, por aplicação do mecanismo de *scoring* de clientes, em vigor na Sociedade, para efeitos de avaliação de risco de BCFT;
- n) A presença de quaisquer outros fatores ou circunstâncias que, para o efeito, tenham sido definidos pela Função de Conformidade;
- o) Relações de negócio em circunstâncias invulgares.

Os clientes classificados com risco elevado deverão ser alvo das seguintes medidas:

1. Diligência reforçada;
2. Aprovação pelo nível de decisão mais elevado e consulta prévia da Função de Conformidade em momento prévio;

3. Revisão anual da documentação do cliente;
4. Monitorização da relação de negócio mais conservadora e adequada aos riscos;
5. Revisão da documentação do cliente, no máximo, anualmente

III. Risco médio

Consideram-se de risco médio os seguintes possíveis clientes:

- a) Os residentes em países classificados como de risco médio para efeitos de avaliação de risco de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, de acordo com as listas publicadas pelas entidades relevantes;
- b) Empresas com o exercício de atividade económica de risco médio, determinado pela aplicação do *scoring* de clientes, ou com base na informação disponibilizada pela entidade;
- c) As entidades que apresentem características societárias de alguma complexidade e que se dediquem a atividades que pela sua natureza podem envolver um nível de risco médio, para efeitos de BCFT.

Os clientes classificados com risco médio deverão ser alvo das seguintes medidas:

1. Aprovação da linha de negócio;
2. Revisão da documentação do cliente a cada 3 anos.

IV. Risco baixo

Consideram-se de risco baixo todas as pessoas, singulares ou coletivas, não incluídas numa das categorias de risco anteriores.

Na sequência de uma avaliação adequada dos riscos, a Sociedade pode simplificar as medidas adotadas ao abrigo do dever de identificação e diligência, nos termos clausulado ponto 9 da presente Política.

São tipicamente consideradas na categoria de risco reduzido:

- a) Entidades públicas nacionais, de Estado membro da União Europeia ou de País terceiro que seja equivalente em matéria de prevenção do branqueamento de capitais;
- b) Entidades integrantes de grupo dominado por sociedade cotada, cujos valores mobiliários tenham sido admitidos à negociação num mercado regulamentado em Estado membro da União Europeia, bem como sociedades cotadas em mercados de países terceiros e que estejam sujeitas a requisitos de divulgação de informação equivalentes aos exigidos pela legislação europeia, conforme publicitação a efetuar pela autoridade de supervisão do respetivo setor;
- c) Entidades nacionais ou residentes em países considerados de risco reduzido para efeitos de BCFT e corrupção;
- d) Entidades baseadas em países da UE e terceiros equivalentes ou entidades baseadas nos restantes países não considerados nos níveis de risco anteriores;

- e) Entidades públicas (administração pública ou setor empresarial) do Estado Português, de Estado membro da União Europeia ou de país terceiro que seja equivalente em matéria de prevenção do BCFT;
- f) Entidades que estejam sujeitas a requisitos de divulgação de informação equivalentes com o direito da União Europeia, que garantam suficiente transparência das informações relativas aos respetivos beneficiários efetivos.
- g) Entidades com estruturas de controlo e de propriedade não complexas e/ou que permitem, com clareza, a sua identificação, bem como do(s) respetivo(s) GUO e Beneficiário(s) Efetivo(s)

Os clientes classificados com risco baixo deverão observar as seguintes medidas:

1. Adoção de medidas de diligência simplificada;
2. Revisão da documentação do cliente a cada 5 anos.

7. PAÍSES TERCEIROS DE RISCO ELEVADO, PEP E TITULARES DE OUTROS CARGOS POLÍTICOS OU PÚBLICOS

O estabelecimento de relações de negócio que se relacionem com países terceiros de risco elevado, clientes que sejam PEP ou titulares de outros cargos políticos ou públicos, devem ser alvo de diligência reforçada e marcadas com risco de BCFT elevado e, como tal, encaminhadas para a Função de Conformidade e autorizadas pelo nível superior de decisão, com intervenção de pelo menos um membro do órgão de administração.

8. KNOW YOUR COSTUMER (KYC)

O conhecimento adequado dos clientes por parte da Sociedade é um instrumento fundamental para a prevenção da prática de crimes de BCFT. Desta forma, a Sociedade, aquando do estabelecimento da relação de negócio e posteriormente em sede de acompanhamento da relação, assegura o cumprimento escrupuloso dos requisitos legais e regulamentares em vigor à data, que poderão levar, em última instância, ao exercício do dever de recusa e/ou ao exercício do dever de abstenção.

Estes procedimentos visam a obtenção de dados sobre os Clientes, não somente no que concerne à sua identificação, mas também no que se refere ao tipo de produtos e serviços adquiridos, transações recorrentes, origem e destino dos fundos, entre outros. Adicionalmente, é recolhida informação que permita compreender a finalidade da Relação de Negócio com tais entidades, identificando a natureza da relação estabelecida e fundamentando-a com outras informações recolhidas.

A Sociedade adota medidas que contribuem para a prevenção de inconformidades no âmbito de KYC, designadamente por via do desenvolvimento de processos de diligência, realizando o acompanhamento e monitorização dos Clientes, sendo a informação a seu respeito objeto de revisão e atualização periódicas.

Nos processos de estabelecimento de Relações de Negócio é obrigatória a recolha de informação que permita identificar o Cliente e/ou Beneficiário Efetivo com quem a Sociedade se relaciona.

Para garantir a veracidade e atualidade da informação obtida, toda a documentação (original em suporte físico, versão eletrónica com valor equivalente ou cópia certificada) necessária para comprovar os dados recolhidos sobre o Cliente, representante ou Beneficiário Efetivo, tem de ter origem em fontes fidedignas e independentes, tendo de ser garantida a sua autenticidade, validade e correspondência com a identidade do interveniente.

Os elementos identificativos recolhidos de um Cliente, representante ou Beneficiário Efetivo, são confrontados com as listas de medidas restritivas publicadas pela União Europeia, no cumprimento da *Common Foreign and Security Policy* (“CFSP”), pelo Comité de Sanções de acordo com as várias resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (“UNSC”) e pelo *Office of Foreign Assets Control* (“OFAC”) dos Estados Unidos da América, entre outras que sejam consideradas relevantes.

É ainda aferido se o Cliente se qualifica como Pessoa Politicamente Exposta (“PEP”), Membro Próximo da Família, Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas, ou Titular de outros Cargos Políticos ou Públicos, podendo ser utilizadas para o efeito listagens internas e listagens fornecidas por entidades externas. É igualmente aferido se o Cliente consta de listas de pessoas/entidades de alto risco, conforme definido pela Sociedade.

A Sociedade procede ao dever de identificação e diligência relativamente aos clientes, aos representantes e aos BE para:

- i. Verificação da identidade dos clientes no início e manutenção de uma relação de negócio;
- ii. Obtenção de informação adequada para assegurar um conhecimento detalhado dos principais elementos caracterizadores das atividades dos clientes, respetivas fontes de rendimentos, origem dos pagamentos recebidos, bem como do racional do relacionamento com a Sociedade;
- iii. Averiguação da estrutura de propriedade e de controlo dos clientes, de forma a assegurar a correta identificação dos respetivos beneficiários efetivos;
- iv. Recolha de informação destinada a aferir e a detetar a eventual aquisição superveniente da qualidade de PEP, membros próximos da família, titulares de outros cargos políticos ou públicos e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas a PEP, com a consequente adoção de medidas de diligência reforçada sempre que os clientes, representantes, beneficiários efetivos ou órgãos de administração, revistam essa qualidade;
- v. Adoção de um sistema de classificação de clientes por níveis de risco definidos em função da realidade operativa específica da Sociedade, bem como em função dos riscos de BCFT corretamente identificados, com a consequente monitorização e realização de diligências em função do perfil de cada cliente;

- vi. Garantia de que todo e qualquer colaborador da Sociedade com responsabilidades na aceitação e manutenção de clientes ou de relações com contrapartes, conhece e atua de acordo com os procedimentos de prevenção do BCFT instituídos pela Sociedade.

Os colaboradores das áreas de negócio são responsáveis pelo cumprimento dos procedimentos de KYC instituídos para cada categoria de clientes e deverão assegurar a suficiência dos dados recolhidos, que devem traduzir fielmente a realidade, nomeadamente no que se refere às respetivas identidades, atividades económicas e capacidade financeira.

As áreas de negócio remetem as novas operações e o acompanhamento dos clientes à Função de Conformidade, que é responsável por realizar a devida filtragem. A proposta só pode seguir para decisão após esta análise pela Função de Conformidade.

A avaliação referida no parágrafo anterior deverá ser objeto de atualização periódica, em função da categoria de risco atribuída pela Sociedade e da informação recebida no decorrer da relação de negócio, devendo ser solicitados periodicamente ao cliente os elementos adicionais que se mostrem necessários e/ou úteis para análise, sendo essa periodicidade a seguinte:

Categoria de risco	Periodicidade
Elevado	Anualmente
Médio	A cada 3 (três) anos
Baixo	A cada 5 (cinco) anos

Adicionalmente à revisão periódica, a Sociedade deve atualizar a informação e respetivos documentos comprovativos, sempre que exista:

- Conhecimento da caducidade dos documentos;
- Dúvidas sobre a veracidade, exatidão ou atualidade dos dados;
- Suspeitas da prática dos crimes de BCFT;
- Alteração do órgão de administração ou órgão equivalente;
- Alteração da natureza da atividade ou do modelo de negócio;
- Modificação da estrutura de participações, domínio ou controlo, quando suscetível de induzir a uma alteração dos beneficiários efetivos.

A Sociedade comunica ao Instituto de Registos e Notariado, I. P., nos termos a estabelecer por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, , quaisquer desconformidades entre a informação constante do RCBE e a informação que resultou do cumprimento do dever de identificação e diligência, bem como quaisquer outras omissões, inexatidões ou desatualizações que verifiquem naquele registo.

9. MEDIDAS REFORÇADAS

Nos casos em que é identificada a necessidade de aplicação de medidas de diligência reforçada, a Sociedade aplica as seguintes medidas, entre outras que considere adequadas, isolada ou cumulativamente, conforme o caso em concreto:

- a) A obtenção de informação adicional sobre os clientes, os seus representantes ou os beneficiários efetivos, bem como sobre as operações planeadas ou realizadas;
- b) A realização de diligências adicionais para comprovação da informação obtida;
- c) A intervenção de níveis hierárquicos mais elevados para autorização do estabelecimento de relações de negócio;
- d) A intensificação da profundidade ou da frequência dos procedimentos de monitorização da relação de negócio, tendo em vista a deteção de eventuais indicadores de suspeição e o subsequente cumprimento do dever de comunicação previsto no artigo 43.º da Lei PBCFT;
- e) A redução dos intervalos temporais para atualização da informação e demais elementos colhidos no exercício do dever de identificação e diligência;
- f) A monitorização do acompanhamento da relação de negócio pelo RCN ou por outro colaborador da entidade obrigada que não esteja diretamente envolvido no relacionamento comercial com o cliente;
- g) Informação sobre a origem e legitimidade do património do cliente e legitimidade dos fundos envolvidos na relação de negócio;
- h) Informação sobre a reputação dos clientes, seus representantes ou dos BE;
- i) Informação sobre os membros próximos da família e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas e atividades anteriormente desenvolvidas;
- j) Declarações de rendimentos e, quando aplicável, de controlo da riqueza, ou relatórios de demonstrações financeiras ou certificação de contas elaborados por auditores externos, ou recibos de vencimento, ou certidões extraídas de registos públicos, ou documento comprovativo de aquisição sucessória;
- k) Informação pública, incluído a proveniente de órgãos de comunicação social, desde que de fonte independente e credível;
- l) Apuramento da existência de pessoas associadas que possam influenciar as suas operações;
- m) Nos casos de clientes, representantes ou BE que tenham sede ou domicílio noutra jurisdição, apuramento do motivo pelo qual se pretende estabelecer uma relação de negócio fora da sua jurisdição de origem.

10. MEDIDAS SIMPLIFICADAS

A execução de medidas simplificadas por parte da Sociedade segue o previsto na Lei PBCFT, no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2022, bem como na Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, podendo apenas ser aplicadas em situações cujo risco de BCFT seja comprovadamente reduzido, devendo esta aferição e o motivo da sua adoção ser reduzido a escrito.

Estas medidas podem consubstanciar-se na:

- a) Verificação da identidade do cliente e do BE após o estabelecimento da relação de negócio, desde que cumpridos os requisitos previstos no art. 26.º, n.ºs 3 e 4 da Lei PBCFT;
- b) Redução da frequência das atualizações dos elementos recolhidos no cumprimento do dever de identificação e diligência;
- c) Redução da intensidade do acompanhamento contínuo e da profundidade da análise das operações, quando os montantes envolvidos nas mesmas são de valor baixo;
- d) Ausência de recolha de informações específicas e a não execução de medidas específicas que permitam compreender o objeto e a natureza da relação de negócio, quando seja razoável inferir o objeto e a natureza do tipo de transação efetuada ou relação de negócio estabelecida;
- e) Mera recolha dos elementos que não devam constar de documento de identificação de pessoas singulares, pessoas coletivas ou de centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica;
- f) Inferência da atividade do cliente ou da respetiva profissão a partir da finalidade ou do tipo da relação de negócio estabelecida ou da transação efetuada.

A aplicação de medidas simplificadas não dispensa a Sociedade de acompanhar as operações e relações de negócio de modo a permitir a deteção de operações não habituais ou suspeitas.

A Sociedade reduz a escrito as avaliações e análises que identifiquem a existência de situações de risco comprovadamente reduzido e o concreto conteúdo das medidas simplificadas a adotar para cada uma destas situações de risco reduzido.

A adoção de medidas simplificadas só é admissível na sequência de uma avaliação adequada dos riscos pela Sociedade ou pelas respetivas autoridades setoriais e nunca pode ter lugar em qualquer das seguintes situações: a) Quando existam suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo; b) Quando devam ser adotadas medidas reforçadas de identificação ou diligência; c) Sempre que tal seja determinado pelas autoridades setoriais competentes.

11. RESPONSABILIDADE CONTRAORDENACIONAL

Sem prejuízo da responsabilidade penal pelo crime de branqueamento a que podem estar sujeitas tanto as pessoas singulares como as pessoas coletivas (cfr. artigo 368.º-A e artigo 11.º do Código Penal), ou de outras disposições sancionatórias conexas aplicáveis a cada caso concreto, estão tipificadas contraordenações pelo incumprimento dos deveres e obrigações impostos pela Lei PBCFT, puníveis com coimas e sanções acessórias.

A responsabilidade da pessoa coletiva não exclui a responsabilidade individual das pessoas singulares que sejam titulares de funções de administração, gerência, direção, chefia, fiscalização, representantes, trabalhadores ou demais colaboradores, permanentes ou ocasionais.

12. NORMATIVOS INTERNOS RELACIONADOS

A presente Política deverá ser traduzida em procedimentos que no seu conjunto contribuam para robustecer a efetividade do sistema de prevenção BCFT de que a Sociedade dispõe, pelo que a informação aqui vertida não se esgota neste documento. Deste modo, a Sociedade dispõe de um conjunto de normativos internos que complementam os princípios e objetivos desta Política, designadamente: Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, Política de Participação de Irregularidades, Política de Formação de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, Política de Gestão de Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, Regulamento de Comunicação de Operações Suspeitas, Política de Sanções e Medidas Restritivas e Política de Gestão de Risco de Conformidade.

13. FORMAÇÃO

A Sociedade assegura um programa de formação adequado e regular para que os seus dirigentes e demais colaboradores tenham um conhecimento adequado das obrigações decorrentes da lei em matéria de BCFT. O Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização da Sociedade devem também participar nestes programas de formação.

No caso de colaboradores recém-admitidos, cujas funções relevem diretamente no âmbito da prevenção do BCFT, a Sociedade proporciona-lhes, imediatamente após a respetiva admissão, formação adequada sobre as políticas, procedimentos e controlos internamente definidos.

As ações formativas, de natureza interna ou externa, destinadas a dar cumprimento ao dever de formação são:

- a) Asseguradas por pessoas ou entidades com reconhecida competência e experiência no domínio da prevenção e combate ao BCFT;
- b) Precedidas de parecer favorável do RCN.

Os registos das ações de formação realizadas são conservados pela área de Recursos Humanos, nos termos e condições estabelecidos pela legislação vigente, colocando esses registos, em permanência, à disposição das autoridades setoriais e da Função de Conformidade.

14. VIGÊNCIA, APROVAÇÃO E REVISÃO

A presente Política vigora por tempo indeterminado, sendo a sua aprovação da responsabilidade do Conselho de Administração, após parecer prévio do Órgão de Fiscalização.

A Política será revista anualmente ou sempre que os responsáveis pela elaboração, implementação e aprovação da Política considerem necessário ou sempre que ocorram alterações legislativas relevantes nesta matéria.

Quando da revisão resulte somente a atualização do “ANEXO I – Enquadramento Legal”, não reveste carácter obrigatório o cumprimento dos trâmites normais de aprovação da revisão da Política, bastando para a sua aprovação a validação por parte do responsável da Função de Conformidade.

15. DIVULGAÇÃO

A presente Política deve ser divulgada a todos os colaboradores da Sociedade. Sem prejuízo do disposto, deve ser, também, divulgada no sítio da internet da Sociedade, de forma clara, transparente e acessível.

ANEXO I – ENQUADRAMENTO LEGAL

(Os normativos referenciados em seguida, devem considerar-se na sua redação em vigor)

Normas da União Europeia	Tema
Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho	Estabelece normas destinadas a facilitar a utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de determinadas infrações penais e que revoga a Decisão 2000/642/JAI do Conselho.
Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro	Relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal.
Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio	Altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera as Diretivas 2009/138/CE e 2013/36/EU.
Diretiva (UE) 2016/2258 do Conselho de 6 de dezembro	Acesso às informações anti branqueamento de capitais por parte das autoridades fiscais.
Diretiva 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio	Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.
Normas nacionais	Tema
Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro	Altera o Código dos Valores Mobiliários, o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, os estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexa.
Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.
Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto	Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).
Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto	Estabelece medidas de combate ao terrorismo.
Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro	Estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira e prevê um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado relativamente a diversos tipos de crime, entre os quais o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Portaria n.º 309-A/2020, de 31 de dezembro	Regulamenta o disposto no artigo 45.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que define a tipologia de operações a comunicar pelas entidades obrigadas, ao DCIAP e à UIF.
Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro	Altera a Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis.
Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto	Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas.
Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro	Aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis.
Código Penal	Em cujo artigo 368.º-A se encontra tipificado o crime de branqueamento.
Normas Regulamentares do Banco de Portugal	Tema
Aviso n.º 7/2009, de 16 de setembro	Veda a concessão de crédito a entidades sediadas em jurisdição offshore considerada não cooperante ou cujo beneficiário último seja desconhecido, define jurisdição offshore e jurisdição offshore não cooperante e determina o envio de uma declaração das autoridades de supervisão prudencial nas jurisdições offshore onde pretendam realizar operações de crédito, no sentido de assegurar que não existem obstáculos à prestação de informação.
Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho	Regulamenta os sistemas de governo e controlo interno e define os padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional das entidades sujeitas.
Aviso n.º 1/2022, de 6 de junho	Regulamenta as condições de exercício, procedimentos, instrumentos, mecanismos, formalidades de aplicação, obrigações de prestação de informação e os demais aspetos necessários a assegurar o cumprimento dos deveres preventivos do BCFT.

ANEXO II – REFERENCIAL DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA KYC

I. Referentes ao Cliente (Pessoa Coletiva)

Nome do Documento	Observações
Código de acesso à certidão permanente comercial	<p>Código válido de acesso à certidão permanente comercial ou Certidão atualizada.</p> <p>Nos casos em que não existe registo comercial (Associações, Fundações, ...) é obrigatório apresentar os estatutos em vigor ou equivalente e a deliberação sobre os órgãos sociais em exercício no mandato atual</p>
Organograma ou Declaração	<p>Documento datado (com menos de 3 meses) e assinado pela gerência/administração, refletindo a estrutura acionista (pessoas singulares e pessoas coletivas) até aos beneficiários efetivos (pessoas singulares) identificando Nome, NIF e a respetiva percentagem de participação no capital.</p> <p>Se os direitos de voto diferirem das participações constantes do Organograma é igualmente obrigatório apresentar a Declaração com os elementos identificativos de todos os titulares de direitos de voto de valor igual ou superior a 5% (documento datado, com menos de 3 meses, e assinado pela gerência/administração).</p>
Registo Central do Beneficiário Efetivo	Cópia do registo central do beneficiário efetivo (RCBE) atualizado ou código de acesso.

II. Referentes a Sócios/Acionistas (Pessoa Coletiva)

Nome do Documento	Observações
Código de acesso à certidão permanente comercial	<p>Empresas nacionais: Código válido de acesso à certidão permanente comercial ou Certidão atualizada.</p> <p>Empresas estrangeiras: documento equivalente ao mencionado para as Empresas nacionais, emitido pela autoridade competente desse país.</p>

III. Referentes a Pessoas Singulares (Clientes, Beneficiários Efetivos, Sócios, Acionistas, Representantes, Administradores, Gerentes e Avalistas/Fiadores) ¹

Nome do Documento	Observações
Cópia do documento de identificação	<p>Cópia fiel do documento de identificação original (Cartão do cidadão ou passaporte) abonado pelo Banco.</p> <p>Para pessoas singulares (apenas entre 5% a 25% de titularidade ou direitos de voto e que não sejam Beneficiários Efetivos), pode ser aceite declaração datada (com menos de 3 meses) e assinada pela gerência/administração com: nome, data de nascimento, nacionalidade, número do documento de identificação, data de validade, entidade emitente, número de identificação fiscal, morada e entidade patronal.</p>
Cartão de contribuinte	Apenas exigível se o documento de identificação não incluir o número de identificação fiscal.
Comprovativo de morada permanente	Documento emitido em nome da Pessoa Singular há menos de 3 meses (exemplo: fatura da luz, água, internet, Certidão da Junta de Freguesia, Nota de liquidação do IRS, Certidão de Domicílio Fiscal da Autoridade Tributária).
Comprovativo de profissão	<p>Documento comprovativo de profissão</p> <p>Exemplos: declaração da entidade empregadora, cópia de contrato de trabalho ou cópia recibo de vencimento emitido há menos de 3 meses.</p> <p>No caso de Administradores/ Gerentes: Certidão Permanente.</p> <p>No caso particular da Linha dos Estudantes do Ensino Superior, o comprovativo de profissão deverá ser substituído pelo comprovativo de matrícula do estabelecimento de ensino.</p> <p>No caso de desempregados ou reformados deverá ser recolhida a informação sobre a última profissão exercida. Sendo desempregados que nunca exerceram uma atividade profissional anteriormente, deverão apresentar uma declaração datada e assinada pelo próprio na qual refere essa condição.</p>